



[Handwritten signature]

APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO BAIXO MONDEGO

PORTAS DA PONTE DOS ARCOS E ADUTOR DE ARNES

ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/2024

PROCEDIMENTO N.º 1/102220

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

JANEIRO, 2024



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



Esta página foi propositadamente deixada em branco



[Handwritten signatures and initials]

APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO BAIXO MONDEGO

PORTAS DA PONTE DOS ARCOS E ADUTOR DE ARNES

ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/2024

PROCEDIMENTO N.º 1/102220

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE DE TEXTO

1	OBJETO.....	5
2	ENTIDADE ADJUDICANTE.....	6
3	ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR.....	6
4	ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.....	6
5	JÚRI DO PROCEDIMENTO.....	6
6	ANÚNCIO DO CONCURSO	7
7	FORNECIMENTO E ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO.....	7
8	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	7
9	VISITA AO LOCAL DE TRABALHOS.....	8
10	ESCOLHA DO PROCEDIMENTO.....	9
11	PREÇO BASE	9
12	PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	9
13	DOCUMENTOS DA PROPOSTA	9
14	IDIOMAS DO DOCUMENTO DA PROPOSTA	12
15	PROPOSTA COM VARIANTE AO PROJETO	12

16 MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	12
17 DATA LIMITE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	12
18 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	13
19 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	13
20 EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS.....	16
21 RELATÓRIO PRELIMINAR.....	17
22 AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	17
23 RELATÓRIO FINAL.....	17
24 DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.....	17
25 NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.....	17
26 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO.....	17
27 ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	18
28 CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	18
29 PREVALÊNCIA.....	18
30 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	18

ANEXOS

Anexo I – Modelo de declaração

Anexo II – Modelo de declaração

Anexo A – Modelo de proposta

Anexo B – Modelo de declaração de inexistência de impedimentos



APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO BAIXO MONDEGO

PORTAS DA PONTE DOS ARCOS E ADUTOR DE ARNES

ESTUDOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/2024

PROCEDIMENTO N.º 1/102220

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

1 OBJETO

1.1 O presente procedimento visa a celebração de contrato de aquisição de serviços para a "Elaboração de Estudos e Projetos de Execução das Portas da Ponte dos Arcos, no rio Foja, e do adutor de Arnes, no Bloco do Arunca", do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego, no âmbito da operação PDR2020-3.4.2. FEADER – 102220 – Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes - Estudos e Projetos de Reabilitação e Modernização e nos termos do Código dos Contratos Públicos (dora-vante apenas CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua versão atual.

1.2 Os estudos e projetos serão desenvolvidos por etapas, no final das quais deverão ser apresentadas notas técnicas relativas aos temas referenciados para a boa elaboração dos projetos finais seguintes:

- Elaboração do projeto de execução das Portas da Ponte dos Arcos, no rio Foja, e conduta de alimentação do rio Foja a partir da estrutura terminal do adutor de Montemor-Ereira;
- Elaboração do projeto de execução do Adutor de Arnes, no Bloco do Arunca.

- Elaboração do Sistema de Gestão Ambiental da Obra

1.3 Para além dos estudos e projetos acima descritos, faz parte da prestação de serviços a elaboração do Plano de Segurança e Saúde e Compilação Técnica, do Sistema de Informação Geográfica, Levantamentos Topográficos Gerais e de Pormenor, Prospeção Geológica e Geotécnica e Ensaios de Laboratório e respetivos relatórios e de todas as peças escritas e desenhadas e documentos imprescindíveis à correta interpretação do trabalho entregue e legalmente exigido.

2 ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1 A entidade adjudicante e Dono da Obra é a ABOFHBM – Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego (adiante designada apenas por “Associação” ou “Dono da Obra”), pessoa coletiva com o n.º 502 068 710, com sede em Quinhendros, Apartado 17, 3140-901 Montemor-o-Velho, Telefones: 239 689 728/02 – 966 828 223, Fax: 239 680 839, E-mail: abbaixomondego@mail.telepac.pt.

3 ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

3.1 A decisão de contratar foi tomada em reunião de Direção, datada de 18 de janeiro de 2024, e obedece aos termos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP).

4 ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

4.1 A competência para prestar os esclarecimentos necessários sobre as peças patenteadas e solicitar aos concorrentes os devidos esclarecimentos durante a análise das propostas foi delegada num Júri designado pela Direção da Associação.

5 JÚRI DO PROCEDIMENTO

5.1 O presente procedimento é conduzido por um Júri composto por três membros efetivos, designados pela Entidade Adjudicante, entrando em funções no primeiro dia útil após o envio para publicação do anúncio do concurso.

5.2 Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida ao órgão com competência para a decisão de contratar, conforme previsto no artigo 69.º do CCP.



[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

5.3 O Júri poderá ser assessorado por pessoas ou entidades, tecnicamente qualificadas, designadas pela Entidade Adjudicante, em relação a qualquer aspeto referente ao presente procedimento ou com relevância no âmbito deste, sem que tais pessoas ou entidades possam ter direito de voto.

5.4 As deliberações do Júri devem constar de documento escrito e são sempre tomadas por maioria dos votos e devidamente fundamentadas, não sendo admitidas abstenções.

5.5 Nas deliberações do Júri em que haja voto de vencido de algum dos seus membros, este deve fazer exarar os motivos que se encontrem na base do sentido do seu voto.

6 ANÚNCIO DO CONCURSO

6.1 O anúncio do concurso é publicitado na 2ª Série do Diário da República.

7 FORNECIMENTO E ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO

7.1 O fornecimento das peças de procedimento por via eletrónica será feito através da plataforma utilizada pela Associação: acinGOV (<https://www.acingov.pt/>) onde os interessados se deverão inscrever.

7.2 Sem prejuízo do número anterior, o Programa de Procedimento em suporte papel encontra-se disponível nas instalações do Dono da Obra – ABOFHBM – Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, sitas em Quinhendros, Apartado 17, 3140-901 Montemor-o-Velho, Telefones: 239 689 728/02 – 966 828 223, Fax: 239 680 839, onde pode ser examinado das 9H30 às 12H30 e das 14H00 às 17H00, desde a data do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7.3 As informações contidas nos documentos do Programa de Procedimento serão consideradas pelos concorrentes como confidenciais, não podendo ser transmitidas a terceiros sem o acordo prévio e expresso da Associação.

8 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

8.1 Os interessados podem apresentar, por escrito e através da plataforma eletrónica, à Entidade Adjudicante, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a en-



treza das Propostas, pedidos de esclarecimento de dúvidas relativas à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

8.2 No mesmo período (primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas), os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.3 Os esclarecimentos serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.

8.4 No prazo previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.

8.5 Os esclarecimentos, as retificações, os suprimentos de omissões, bem como as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram disponíveis para consulta, sendo todos os interessados que descarreguem as peças do procedimento imediatamente notificados desses factos.

8.6 Os esclarecimentos, as retificações e os suprimentos referidos neste ponto fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas, em caso de divergência.

8.7 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo previsto no n.º 8.3, ou até ao final do prazo de entrega das propostas. Nesta situação, o prazo fixado para a apresentação de proposta será prorrogado, no mínimo, por período idêntico ao do atraso verificado.

9 VISITA AO LOCAL DE TRABALHOS

9.1 Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão visitar o local de execução da obra e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

9.2 Os elementos disponíveis sobre o local de execução que constam das peças do procedimento têm carácter meramente informativo, não sendo admitidas quaisquer



reclamações futuras com base nos mesmos, devendo os interessados realizar as consultas que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

9.3 A Entidade Adjudicante não organiza, nem acompanha, deslocações aos locais dos estudos e projetos objeto deste concurso.

10 ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

10.1 O presente procedimento foi aberto em função do valor do contrato, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 20.º, n.º 1, alínea a), e 130.º e seguintes, do CCP.

11 PREÇO BASE

11.1 Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento é de 280.000,00 € (duzentos e oitenta mil euros), IVA não incluído.

11.2 De acordo com o n.º 3 do artigo 47.º do CPP, a fixação do preço base teve em consideração os custos unitários resultantes de anteriores procedimentos, para trabalhos do mesmo tipo.

11.3 Considera-se que o preço total resultante da proposta apresentada é anormalmente baixo quando for igual ou inferior a 20% da média dos valores das propostas admitidas, excluindo a que apresentar o preço mais baixo


12 PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

12.1 O prazo máximo de execução é de 8 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

13 DOCUMENTOS DA PROPOSTA

13.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (Anexo I ao presente Programa e do qual faz parte integrante);
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

- 
-
- i. Declaração do concorrente com a proposta de preço total e prazo de execução, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo A ao presente Programa e do qual faz parte integrante;
 - ii. Lista dos preços em formato não editável (PDF ou equivalente) e, pelo menos, uma cópia em ficheiro editável (Excel). Em caso de divergência, prevalece, para todos os efeitos a lista de preços em suporte não editável;
 - iii. Memória descritiva e justificativa geral demonstrando a capacidade do concorrente para a elaboração dos estudos e projetos de execução, os meios humanos e materiais que se propõe atribuir à equipa técnica que irá desenvolver os estudos e projetos, a sua experiência em projetos similares, o software que dispõe e se propõe utilizar para desenvolver os estudos de base que servirão à concretização dos critérios de projeto a desenvolver, nos termos e condições do caderno de encargos;
 - iv. Plano de trabalhos conjugado com o plano de apresentação de notas técnicas, fixando a sequência e os prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas, bem como a especificação dos meios com que o concorrente se propõe executá-los, contendo obrigatoriamente a definição dos prazos para:
 - Entrega das notas técnicas;
 - Entrega dos estudos e projetos em versão provisória para análise da Entidade Adjudicante;
 - Entrega da versão final após aprovação da Entidade Adjudicante;
 - v. *Curriculum vitae* (CV) da equipa de projeto, a qual deverá ser constituída por todas as especialidades necessárias ao cumprimento do objeto do concurso, nomeadamente, hidráulica, geotecnia ou geologia de engenharia, hidromecânica, estruturas, ambiente e segurança e saúde em obras públicas. O coordenador de projeto deverá ser um engenheiro civil com experiência mínima de 15 anos e que tenha desempenhado essas funções em projetos de obras de aproveitamentos hidroagrícolas;



[Handwritten signatures and initials]

- vi. Declarações das entidades para as quais foram realizados os estudos ou projetos mencionados no *curriculum* dos técnicos e que relevem para a apreciação do subfator em análise;
 - vii. Para efeitos da verificação da veracidade da informação apresentada nos CV dos técnicos da equipa de projeto, a entidade adjudicante poderá exigir ao concorrente a apresentação de declaração passada pelas entidades para as quais foram executados os trabalhos aí mencionados;
 - viii. Os técnicos constituintes da equipa técnica a afetar ao projeto podem pertencer ou não aos quadros das empresas concorrentes. Neste último caso, deve ser apresentada declaração de disponibilidade total, sem qualquer reserva, para integrar a respetiva equipa técnica que irá desenvolver o projeto. Esta declaração deverá, na altura de formação de contrato ser apresentada na sua versão original, não sendo aceites cópias.
- c) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo B ao presente Programa e do qual faz parte integrante.
- d) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), do presente programa de procedimento, de acordo com o modelo aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 e conforme o esclarecimento prestado pelo IMPIC na sua Circular Informativa n.º 01/IMPIC/2016, publicitada no portal www.base.gov:
- i. O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> ou, diretamente, no portal <http://www.base.gov.pt/>.
 - ii. Juntamente com os restantes documentos que constituem a Proposta, os concorrentes terão que submeter na plataforma eletrónica acinGOV (<https://www.acingov.pt/>) o DEUCP devidamente assinado digitalmente em formato .pdf e em formato .xml.

13.2 As declarações referidas na alínea a), na subalínea i) da alínea b) e na alínea c) do n.º 1 do ponto 13 deverão ser assinadas digitalmente pelo concorrente ou por

representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

13.3 A falta de qualquer um dos documentos acima referidos, ou cuja apresentação seja obrigatória nos termos do CCP, implica a exclusão da proposta do concorrente respetivo.

13.4 O concorrente poderá apresentar outros documentos que considere indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

13.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações referidas no n.º 2 do ponto 13 deverão ser assinadas digitalmente pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada digitalmente por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

14 IDIOMAS DO DOCUMENTO DA PROPOSTA

14.1 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em Língua Portuguesa.

14.2 Para os efeitos dos números 2 e 3 do artigo 58.º do CCP, e em função da especificidade técnica das prestações objeto do contrato, admite-se, excecionalmente, a entrega de documentos em inglês, devendo o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

15 PROPOSTA COM VARIANTE AO PROJETO

15.1 Não é admitida a apresentação de variantes ao projeto pelos concorrentes.

16 MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através da plataforma utilizada pela entidade adjudicante.

17 DATA LIMITE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

17.1 O prazo para a apresentação das propostas é de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do anúncio.



[Handwritten signatures and initials]

18 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

18.1 Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

19 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

19.1 Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela melhor relação qualidade preço, na qual o critério de adjudicação é composto tendo em conta a ponderação dos seguintes fatores e subfatores de apreciação:

F1 – Preço 40%

F2 – Valia técnica da proposta 60%

Repartido do seguinte modo:

F2.1 – Memória descritiva 45%

F2.2 – Plano de Trabalhos..... 20%

F2.3 – Experiência da Equipa 35%

19.2 A pontuação do **Fator F1 – Preço**, elemento quantitativo e autónomo, resulta do seguinte sistema de cálculo:

$$F1 = 5 \times (1 - (VP/PB)^5) + 5$$

Em que:

VP – Valor da Proposta em Análise

PB – Preço Base

19.3 Na avaliação das propostas relativamente ao **Fator F2 – Valia técnica da proposta** a escala de pontuação aplicável aos fatores e subfatores de apreciação é de 5 a 10 pontos, sendo consideradas as seguintes menções:

Muito favorável 10 pontos

Favorável 8 pontos

Pouco favorável 6 pontos

Desfavorável 5 pontos

19.4 4. Para a apreciação do **Subfator F2.1 – Memória descritiva**, será analisada a forma como o concorrente demonstra conhecer a situação atual e o projeto existente de forma a adaptá-lo às exigências do caderno de encargos, como se propõe executar as tarefas, o conteúdo das notas técnicas, a metodologia a utilizar, os meios a considerar para desenvolver os estudos de base que servirão para a concretização dos critérios de projeto a desenvolver, nos termos e condições do caderno de encargos. A avaliação será efetuada de acordo com o seguinte:

- **Muito favorável (10 pontos)** - Para propostas muito bem elaboradas e perfeitamente adequadas aos estudos a desenvolver, demonstrando um muito bom conhecimento do modo de execução das tarefas a realizar, que apresentem muito bem as diferentes metodologias a desenvolver e concordantes com a prestação de serviços a executar;
- **Favorável (8 pontos)** - Para propostas bem elaboradas e adequadas aos estudos a desenvolver que, apesar de algumas imprecisões, demonstrem bom conhecimento do modo de execução das tarefas a realizar, que apresentem bem as diferentes metodologias a desenvolver e concordantes com a prestação de serviços a executar;
- **Pouco favorável (6 pontos)** - Para propostas menos pormenorizadas, sem grande cuidado em demonstrar conhecimento do modo de execução das diversas tarefas, nas metodologias a desenvolver, que sejam omissas sobre aspetos significativos associados à prestação de serviços a executar;
- **Desfavorável (5 pontos)** - Para propostas consideradas desfavoráveis face aos padrões técnicos estabelecidos pela entidade adjudicante ou ainda cujas metodologias não sejam aplicáveis à prestação de serviços em causa.

19.5 Para a apreciação do **Subfator F2.2 – Plano de trabalhos**, será analisada a coerência do plano mediante a apresentação de nota(s) técnica(s) e de estudos e projetos de execução, a sequência e os prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas. A avaliação será efetuada de acordo com o seguinte:



[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

- **Muito favorável (10 pontos)** – Para propostas que apresentem excelente plano de trabalhos, cuja coerência e exequibilidade tenha em conta toda a sequência das atividades, nota(s) técnica(s) a apresentar e que esteja em plena conformidade com a solução técnica, a natureza e o desenvolvimento dos trabalhos previstos;
- **Favorável (8 pontos)** – Para propostas que apresentem um bom plano de trabalhos que, embora com algumas falhas, apresente uma exequibilidade razoável tendo em conta a sequência das atividades e a sua conjugação com o plano de nota(s) técnica(s), esteja em conformidade com a solução técnica posta a concurso, a natureza e o desenvolvimento dos trabalhos previstos;
- **Pouco favorável (6 pontos)** – Para propostas que apresentem um plano de trabalhos com várias discrepâncias e falhas ou que apresentem sequências das atividades pouco adequadas à prestação de serviços, pouco conforme com o plano de notas técnicas ou com a solução técnica posta a concurso, a natureza e o desenvolvimento dos trabalhos previstos;
- **Desfavorável (5 pontos)** – Para propostas cujos planos apresentem discrepâncias graves entre a sequência das atividades, plano de notas técnicas, solução técnica a desenvolver, pondo em causa a própria exequibilidade da prestação de serviços.

19.6 Para a apreciação do **Subfator F2.3 – Experiência da equipa técnica**, as propostas serão analisadas e pontuadas de acordo com os seguintes critérios e grelha de créditos:

- **Critérios**
 - Participação nos últimos 10 anos em projetos de grandes redes hidráulicas de adução em aproveitamentos hidroagrícolas;
 - Participação nos últimos 10 anos em projetos de açudes e comportas;
 - Participação nos últimos 10 anos em projetos de geotecnia;
 - Participação nos últimos 10 anos em projetos de hidromecânica, em particular açudes e comportas.

As declarações a apresentar poderão ser relativas aos técnicos ou à empresa.

- **Grelha de créditos** – número de declarações apresentadas para cada um dos critérios de avaliação referidos anteriormente.

Número de declarações apresentadas	Créditos atribuídos
>5	5
Entre 2 e 5	3
1	1
0	0

A pontuação a atribuir (**F2.3**) será o resultado da soma do número de créditos obtidos em cada um dos critérios atrás referidos, de acordo com o quadro seguinte:

Número de créditos total	Pontuação (F2.3)
16 a 20	10
11 a 15	8
6 a 10	6
0 a 5	5

19.7 A classificação final **CF=0,40 F1 + 0,60 F2** é arredondada às milésimas.

19.8 Tendo presente o critério de adjudicação, se resultar uma classificação final que atribui o primeiro lugar a mais do que uma proposta, será considerada para efeitos de adjudicação, a proposta que, de entre essas, tiver apresentado a maior valia técnica, medido pelo maior valor de F2.

20 EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

20.1 Além dos casos previstos na lei, serão excluídas as propostas que:

- a) Não cumpram integralmente o disposto no ponto 13 (Documentos da Proposta), deste Programa de Procedimento;
- b) Impossibilitem a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos.



[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

21 RELATÓRIO PRELIMINAR

21.1 O Júri elabora um relatório fundamentado sobre a análise e avaliação das propostas, classificando-as ordenadamente de acordo com o critério de adjudicação estabelecido neste Programa de Procedimento;

21.2 No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

22 AUDIÊNCIA PRÉVIA

22.1 Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes e o mesmo é submetido a audiência prévia devendo os mesmos pronunciar-se por escrito no prazo de 5 dias.

23 RELATÓRIO FINAL

23.1 Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, que submete à apreciação e decisão da Entidade Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

24 DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

24.1 Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a Entidade Adjudicante procede à adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa.

25 NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

25.1 A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final da Análise e Avaliação das Propostas.

26 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

26.1 O Adjudicatário deverá apresentar, no prazo de cinco dias a contar da notificação para o efeito, os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II – Modelo Declaração do CCP e no presente programa e do qual faz parte integrante.

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

26.2 O Adjudicatário terá um prazo de cinco dias, a contar da notificação para o efeito, para proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, do CCP.

26.3 Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica.

27 ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

27.1 Após aprovação pela Entidade Adjudicante da minuta do Contrato e da sua aceitação pelo Adjudicatário, nos termos dos artigos 98.º a 103.º, do CCP, a Entidade Adjudicante notifica-o para a celebração do contrato em suporte informático.

28 CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

28.1 O contrato deve ser reduzido a escrito e devidamente assinado, através de clausulado em suporte de papel ou suporte informático, neste último caso com a aposição de assinaturas eletrónicas.

28.2 São da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à prestação de caução e à celebração do contrato, nos termos do artigo 88.º e do n.º 2 do artigo 94.º, ambos do CCP.

29 PREVALÊNCIA

29.1 O articulado do presente Programa do Procedimento prevalece sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

30 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

30.1 Em tudo o omissso no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

Quinhendros, 18 de janeiro de 2024

A Direção da Associação

Beluário do Lobo
João Manuel
A. Tanjura



[Handwritten signatures]

ANEXOS

ANEXO I - Modelo de declaração

ANEXO II - Modelo de declaração

ANEXO A - Modelo de proposta

ANEXO B - Modelo de declaração de inexistência de impedimentos



ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO



[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Programa de Procedimento]

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) ...

b) ...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos pú-



blicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), ... de ... de ... (Data)

Assinatura ⁽⁴⁾

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere o n.º 1 do artigo 26.º do Programa de Procedimento]

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

[a que se refere a subalínea i. da alínea b) do n.º 1 do ponto 13.º do Programa de Procedimento]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter tomado conhecimento do procedimento (designação ou referência ao procedimento em causa), a que se refere o anúncio de procedimento n.º ____/202__, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º __, de __/__/__, e no Jornal Oficial da União Europeia, série __, n.º __, de __/__/__, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa Prestação de Serviços, de harmonia com o Caderno de Encargos, no prazo total de (em algarismos e por extenso) dias de calendário, pela quantia de ... € (em algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

2. À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

3. Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(Local), ... de ... de ... (data)

Assinatura,

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do ponto 13.º do Programa de Procedimento]

(n.os 3 e 4 do artigo 1.º - A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, na qualidade de concorrente à execução do contrato no âmbito do procedimento (.....) datado de ... de de declara sob compromisso de honra que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º - A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

(Local), ... de ... de ... (data)

Assinatura,
